



## RELATÓRIO DO GT 35 - GEOGRAFIA, POVOS INDÍGENAS E QUESTÃO AGRÁRIA

Amanda Christinne Nascimento Marques – UFPB  
Djoni Roos – UNIOESTE  
Márcia Yukari Mizusaki – UFGD  
Maria Inês Martins Ladeira – CTI  
Marilda Teles Maracci – UFV

O GT teve como objetivo aglutinar trabalhos, pesquisadores e pesquisas envolvendo a discussão sobre a temática dos povos indígenas no Brasil, sua relação com a questão agrária e sobre como a Geografia vem abordando o tema. A questão agrária foi compreendida a partir da centralidade que exerce a propriedade privada da terra e sua estrutura extremamente concentrada no Brasil, com desdobramentos nas questões envolvendo povos originários.

A falta de tradição na Geografia sobre o estudo e o debate relacionados à questão agrária que envolvem os povos indígenas revela dificuldades teórico-práticas no tratamento dessa temática (interdisciplinar ou trans) e a necessidade de maior interlocução com outras áreas do conhecimento, tais como a antropologia, o direito e mesmo a biologia. Dificuldades de aproximação com povos culturalmente diversos e diferenciados, dificuldades de entendimento analítico no contexto da questão agrária brasileira, tem se traduzido em alguns dos motivos desse atraso teórico-prático da Geografia em relação aos povos originários. Nesse sentido, a proposição desse Grupo de Trabalho em reunir pesquisadores geógrafos interessados em dialogar, debater e trocar experiências sobre a práxis geográfica brasileira em relação aos povos indígenas tem se constituído em importante passo para o debate e o amadurecimento nas reflexões a partir do olhar geográfico.

O GT teve um total de quinze (15) trabalhos inscritos, sendo quatorze (14) aprovados e versaram sobre temas que, embora articulados, foram estruturados em cinco eixos temáticos para efeitos de organização da apresentação, assim distribuídos: a) processos de desterritorialização (4 trabalhos); b) Impactos de grandes projetos/agronegócio (3 trabalhos); c) práticas agroecológicas (2 trabalhos); d) ataques aos direitos territoriais indígenas (3 trabalhos); e) análise do movimento indígena (2 trabalhos). Desse total, tivemos a ausência de um dos inscritos, que não apresentou o trabalho. Dentre os presentes, tivemos a participação de professores e estudantes de pós-graduação, indígenas e não indígenas, com diferentes experiências de militância junto aos povos indígenas e oriundos de diferentes regiões brasileiras, fatos que se traduziram numa riqueza de discussões, reflexões e debates.



O GT teve início no dia 11 de outubro, com pequeno atraso de quinze minutos, decorrente dos problemas generalizados de acesso à rede, mas sem prejuízo ao andamento dos trabalhos, e encerrou-se no dia 13 de outubro. Foram, assim, três encontros, onde a qualidade dos debates foi também favorecida, em decorrência do tempo que dispúnhamos para as apresentações, o que possibilitou um profícuo diálogo entre os participantes.

Nos trabalhos apresentados, os conteúdos e debates foram bastante produtivos. Elencamos algumas das questões que apareceram nos debates. Verificou-se a presença importante do conceito de território nas análises das situações sociais abordadas e sua perspectiva relacional, ainda que sob diferentes enfoques teóricos. Debateu-se situações em que se revelou a ação do Estado e de outros agentes político-econômicos no processo de cercamento das terras indígenas, na grilagem de terras, na implementação de grandes projetos a impactar povos indígenas, inclusive grupos isolados, como os identificados no médio Xingu; ações que se desdobraram na negação da existência de povos indígenas que tiveram como pano de fundo, a questão da demarcação de suas terras e do seu contínuo reaparecimento, a partir do final dos anos de 1970; o debate da tese do marco temporal e de outras determinações legais, suas implicações e de como a situação dos povos indígenas sofre impacto em várias frentes. Colocou-se a importância da cartografia social como fator de visibilização das lutas indígenas e a situação de todos os processos demarcatórios que encontram-se parados face ao impasse causado diante do PL 490. Destacou-se também a existência de ações alternativas dos povos indígenas que caminham para uma perspectiva não assistencialista. Destacou-se também a centralidade da questão da propriedade da terra, que se tensiona com os movimentos indígenas; a necessidade de diálogo de saberes.

Após a apresentação dos trabalhos foi realizada uma avaliação geral desses três dias de encontro, onde houve avaliação bastante positiva por parte dos participantes, tendo sido destacados a postura acolhedora e de instigação ao debate; grande aprendizado dentre todos os participantes; qualidade dos trabalhos e das discussões. Como sugestão, foi colocada a necessidade de informação prévia da ordem de apresentação dos trabalhos, que foi acatada e que ficará como indicativo para o próximo evento. Foi proposto também, que se fizesse uma nota contra o PL 490 e sua condução no processo de votação.

O GT encerrou suas atividades no final da manhã do dia 13 de outubro.

A seguir, relacionamos os trabalhos apresentados.

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>
	<b>DIA 11/10</b>
	<b>PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO</b>



ROSANA ZAFALON	<b>ASPECTOS REGIONAIS DA QUESTÃO INDÍGENA BRASILEIRA: VAZIO DEMOGRÁFICO, DISCURSO IDENTITÁRIO PARANAENSE E A EXPROPRIAÇÃO INDÍGENA NO PASSADO E NO PRESENTE</b>
ALYSON FERNANDO ALVES RIBEIRO	<b>MODERNIDADE E BARBÁRIE: NEGAÇÃO DO HUMANO E APROPRIAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE</b>
FRANCISCO JOEDSON DA SILVA NASCIMENTO ALECSANDRO JOSÉ PRUDÊNCIO RATTS	<b>PRESENÇA, SILENCIAMENTO E REAPARECIMENTO POLÍTICO DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ</b>
JOÃO EVALDO GHIZONI DIETERICH	<b>KINKINAU: PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS</b>
	<b>IMPACTO GRANDES PROJETOS/AGRONEGÓCIO</b>
LUCIENE MONTEIRO PENHA	<b>TERRITÓRIOS VIOLADOS POR GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIA DO POVO INDÍGENA KATXUYANA FRENTE A IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA PORTEIRA</b>
EVERALDO RODRIGUES MOTA JUNIOR EDSON BATISTA DA SILVA	<b>FRONTEIRAS AGRÍCOLAS, PRESSÃO E EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRAS INDÍGENAS NO CERRADO</b>



RUI CARLOS BRURÊWA XERENTE  ELIZEU RIBEIRO LIRA	<b>ANALISE DOS IMPACTOS ÉTNICOS/SÓCIO TERRITORIAIS NAS ALDEIAS DOS ÍNDIOS XERENTE DO MÉDIO TOCANTINS: EM CONSEQUÊNCIAS DO CULTIVO EXTENSIVO DE CANA DE AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO – TO BRURÊ</b>
	<b>DIA 12/10</b>
<b>PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS</b>	
PRISCILA VIANA ALVES  KAUÊ AVANZI	<b>BEM VIVER E AGROECOLOGIA: AS EXPERIÊNCIAS DA TEIA DOS POVOS E DO MST-PR NA CONSTRUÇÃO DE HORIZONTES POSSÍVEIS NO PÓS-PANDEMIA</b>
UAKYRÊ PANKARARU BRAZ	<b>PERMACULTURA COMO ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, AUTONOMIA E RESISTÊNCIA DAS PRÁTICAS CULTURAIS DO POVO PANKARARU PATAXÓ DA ALDEIA CINTA VERMELHA JUNDIBA/ARAÇUAÍ-MG</b>
	<b>ATAQUES AOS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS</b>
JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO MÁRCIA PIRES SARAIVA	<b>TERRA INDÍGENA ITUNA-ITATÁ: SAQUES E PRESSÕES EM TERRITÓRIO DE INDÍGENAS ISOLADOS NO MÉDIO XINGU, PARÁ</b>
MAÍRA TAQUIGUTHI RIBEIRO	<b>A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO PELO POVO A'UWÊ UPTABI EM CONTRAPOSIÇÃO À TESE DO MARCO TEMPORAL</b>
	<b>ANÁLISE MOVIMENTO INDÍGENA</b>
GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS	<b>O MOVIMENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO</b>



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

XIV ENANPEGE  
CIDADÃO DIGITAL

MAGNO  
SILVESTRI

**AS TERRITORIALIDADES E OS MÚLTIPLOS  
TERRITÓRIOS INDÍGENAS: UMA PROPOSTA DE  
ANÁLISE**